DECRETO No 10/ 93 -

"Institui o Conselho de Recursos Fiscais do Município de Várzea Grande e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais, e,
Considerando o disposto no inciso VI do artigo 68 Lei orgânica do Município:

Considerando, a inquestionável necessidade de ser delegada a competência atribuída ao Prefeito, pelo atual Código Tributário Municipal, para julgar recursos, em segunda instância, a um órgão colegiado com atribuições especializadas na decisão de questões fiscais;

Considerando que o artigo 20 da Lei No 1178 de 30 de dezembro de 1991, enfatiza ser o Código Tributário Municipal subordinado à Constituição da República Federativa do Brasil, ao Código Tributário Nacional, demais Leis Federais complementares e normas gerais de Direito Tributário, às resoluções do Senado Federal e à Legislação Estadual, nos limites de sua competência;

Considerando, finalmente, o interesse público e a melhoria das técnicas e processos objetivando um relacionamento produtivo entre Fisco e Contribuinte.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Fica criado o Conselho de Recursos Fiscais, órgão julgador de segunda Instância Administrativa, com a finalidade de distribuir justiça fiscal em matéria de natureza tributária da consequente aplicação de multas em razão do exercício da Administração Tributária do Município de Várzea Grande.

Parágrafo único - O Conselho vincula-se administrativamente ao Secretário de Fazenda

Art. 2º - Assegura-se-á, na aplicação da legislação pertinente, ampla defesa ao contribuinte, com os recursos a ele inerentes, bem como:

I - vista de processos em qualquer fase de procedimento nos órgãos, repartições ou cartórios nos quais se encontrem;

II - vista, aos advogados do impugnante ou recorrente e ao Procurador Municipal, fora dos órgãos, repartições ou cartórios em que se encontrem;

III - igualdade de tratamento das partes;

IV - celeridade, economia processual e supletividade

das normas sobre processo civil e penal.

Art. 3o - Serão apreciadas as questões suscitadas à luz da Constituição, das leis, dos regulamentos e das normas pertinentes.

CAPÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO.

Art. 4o - A competência do Conselho de Recursos Fiscais é exercida em todo o território municipal e compreende o processamento e julgamento por via administrativa e forma contraditória, dos litígios fiscais, assim entendidos os referentes às seguintes matérias:

I - recursos de decisões sobre lançamento e incidências de impostos, taxas, contribuições de melhorias, acréscimos adicionais e posturas em geral;

II - obrigações tributárias acessórias e deveres fiscais acessórios concernentes ao inciso anterior;

III - correção monetária, juros, ônus e demais encargos relacionados com as matérias especificadas neste artigo;

IV - penalidades relacionadas com os incisos anteriores, notadamente os casos de aplicabilidade de multas em razão de exercício do poder de polícia do Município.

Art. 5o - Compete ainda ao Conselho:

I - representar ao Prefeito, propondo a adoção de medidas tendentes ao aperfeiçoamento da legislação tributária e que objetivem, principalmente, a justiça e a conciliação dos interesses dos contribuintes com os da Fazenda Municipal;

II - elaborar o Regimento Interno, para a aprovação do Secretário de Fazenda;

III - eleger o Presidente e Vice-Presidente;

IV - outras atribuições que forem conferidas no Regimento Interno.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO

Art. 6o - Compõem-se o Conselho de Recursos Fiscais de 07 (sete) Conselheiros Titulares e igual número de Conselheiros Suplentes, todos nomeados pelo Prefeito, com mandato de 04 (quatro) anos, e escolhidos

dentre funcionários municipais e representantes dos contribuintes de reconhecida experiência em assuntos fiscais, observando os seguintes critérios de representação.

I - 04 (quatro) funcionários municipais indicados pelos titulares das pastas que lidam diretamente com os tributos na forma abaixo:

- a) 03 (tres) Representantes da Secretaria de Fazenda;
- b) 01 (um) Representante da Secretaria de Planejamento.
- c) 03 (três) Representantes dos contribuintes, indicados pelas entidades representativas da indústria, comércio e atividades imobiliárias, através de listas tripliques.

§ 1o - As nomeações dos Conselheiros, após a primeira investidura, deverão processar-se antes do término do mandato anterior, sendo permitida a recondução imediata, por uma única vez.

§ 2o - Se ocorrer vaga antes de expirado o mandato, o Conselheiro Suplente o exercerá pelo restante do prazo.

§ 3o - Será considerado vago o lugar no Conselho, cujo membro não tenha tomado posse dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do respectivo ato de nomeação, no órgão oficial do Município.

§ 4o - Não poderão ser nomeados membros do Conselho, tanto titular como suplente:

- a) as autoridades judicantes de primeira instância;
- b) os servidores municipais diretamente subordinados às autoridades judicantes de primeira instância.

§ 5o - A posse dos membros do Conselho será dada pelo Prefeito Municipal mediante termo lavrado em livro de atas.

§ 6o - O Conselho elegerá, a cada 02 (dois) anos, seu Presidente e Vice-Presidente, dentre os Conselheiros Efetivos sendo permitida a reeleição.

§ 7o - Nas faltas e impedimentos dos Conselheiros Efetivos, serão convocados os Suplentes Respeitada sempre a Proporcionalidade da representação.

Art. 7o - Perderá o mandato, o Conselheiro que:

I - usar, de qualquer forma, meios ilícitos para procrastinar o exame e julgamento de processos, ou que no exercício da função, praticar qualquer ato de favorecimento;

II - retiver processo, em seu poder, com mais de 15 (quinze) dias, além dos prazos previstos para relatar ou proferir voto, sem motivo justificado;

III - faltar mais de 06 (seis) sessões consecutivas ou 30 (trinta) interpoladas, no mesmo exercício, salvo por motivo de doença, afastamento do município, férias ou licença.

Art. 8o - Junto ao Conselho de Recursos Fiscais atuará 01 (um) representante da Fazenda Pública Municipal, designado pelo Procurador Chefe, com a função de zelar pela correta aplicação da Lei e defender os interesses da Fazenda Municipal, pronunciando-se em todos os processos, sob pena de nulidade.

Parágrafo único - Se o representante da Fazenda Pública Municipal, for responsável pela dilatação e não cumprimento dos prazos concedidos, o fato será comunicado ao Chefe da Procuradoria para as providências cabíveis.

Art. 9o - O Conselho contará com uma Secretaria Executiva, como unidade de apoio auxiliar, que será dirigida por um servidor indicado pelo Presidente do Conselho e designado pelo Secretário de Fazenda.

Parágrafo único - A Secretaria de que trata este artigo poderá ter núcleos para apoio técnico e administrativo, com atribuições a serem fixadas no Regimento Interno do Conselho.

Art. 10o - Não poderá funcionar no Conselho membro titular ou suplente, que seja parente consanguíneo ou afim na linha reta ou colateral, até o terceiro grau civil, inclusive, de qualquer outro Conselheiro, sendo aplicado a hipótese ao representante da Fazenda Pública Municipal.

CAPÍTULO IV

DAS PROVAS

Art. 11o - Ninguém pode-se eximir de colaborar com o Conselho de Recursos Fiscais para apuração da verdade, respeitado o dever legal de sigilo.

Art. 12o - Salvo motivo de força maior, a prova documental será produzida com a petição de impugnação ou de resposta.

Art. 13o - A requisição de documentos e os pedidos de informações, serão feitos diretamente ao órgão a que se competir o atendimento.

Art. 14o - Independem de provas os fatos notórios e os que, afirmados por uma das partes sem contestação da outra, sejam verossímeis e compatíveis com a realidade conhecida.

Art. 15o - À Fazenda Municipal cabe o ônus da prova da ocorrência dos pressupostos do fato gerador da obrigação e da constituição do crédito; ao impugnante da inexistência desses pressupostos ou de existência de fatores excludentes.

Art. 16o - O relator, ou seja, o Conselho poderá determinar, que a parte ou terceiro vinculado com os fatos do processo exhiba documento, livro de escrita ou coisa, que esteja ou deva estar em seu poder.

§ 1o - Os representantes das partes serão sempre intimados, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, da determinação de atos comprobatórios, acompanhando-os, se o quiserem.

§ 2o - A pedido de qualquer das partes, ser-lhe-ão restituídos documentos por eles apresentados, ficando cópia autenticada no processo, salvo se a permanência dos originais for indispensável.

CAPÍTULO V

DO JULGAMENTO

Art. 17o - Encerrada a fase probatória o relator, dentro de 15 (quinze) dias, lançará nos outros relatórios preciso, e o encaminhará à Secretaria para inclusão do processo em pauta de julgamento.

Art. 18o - As pautas serão afixadas no quadro de editais do Conselho, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 19o - Após à leitura do relatório, cada uma das partes disporá, para sustentação oral de 15 (quinze) minutos, prorrogável por igual tempo.

Art. 20o - Em seguida serão tomados os votos a começar

pelo relator, seguindo-se em ordem alternada os Conselheiros indicados na forma do inciso I e inciso II do artigo 6o.

Parágrafo único - A decisão será tomada por maioria de votos, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate, profêrir o voto de qualidade.

Art. 21o - A decisão terá forma de acórdão, redigido de maneira clara e objetiva, devendo obrigatoriamente relatar os fatos e argumentos debatidos, apreciar as questões preliminares e incidentais pendentes e fundamentar as conclusões

§ 1o - O acórdão será lavrado pelo relator, ou se vencido, pelo conselheiro que primeiro votou no sentido que prevaleceu.

§ 2o - As conclusões de acórdão, depois de conferidas, poderão ser publicadas no órgão oficial.

Art. 22o - Proferida a decisão, não será permitido inovar no processo, ressalvado o disposto no artigo seguinte.

Parágrafo único - Não se considera inovação, a simples correção de erros materiais.

Art. 23o - Sendo a decisão omissa, obscura ou contraditória, as partes poderão requerer, no prazo de 05 (cinco) dias da publicação das conclusões do acórdão que o conselho sane a omissão, esclareça o ponto obscuro ou elimine a contradição.

§ 1o - O requerimento a que se refere este artigo suspende o prazo comum para eventual recurso ao Conselho e será apresentado em mesa na sessão imediata, independentemente de relatório escrito.

§ 2o - A suspensão do prazo não aproveitará contudo, ao requerente que formular o pedido com o intuito protelatório, assim declarado na decisão do Conselho.

Art. 24o - Qualquer Conselheiro poderá pedir vista de processo incluído em pauta, devendo apresentá-lo para julgamento, no máximo de 08 (oito) dias subsequentes à sessão em que tenha solicitado o pedido.

Art. 25o - Após distribuído o processo no Conselho, o relator proferirá despacho:

I - indeferindo a petição por inépcia ou falta de interesse;

II - devolvendo o processo à repartição fiscal, se reconhecer que o ato da autoridade é manifestamente ilegal ou o processo padece de nulidade declarável de ofício;

- III - deferindo ou indeferindo provas;
- IV - determinando de ofício a produção de provas e diligências;
- V - deliberando sobre questões preliminares;
- VI - procedendo nos termos do artigo 17;

Art 26o - É lícito às partes ou a seus representantes pedir a palavra pela ordem, para prestar esclarecimentos que considerem necessários.

Art 27o - Terão absoluta prioridade os processos envolvendo decadência, prescrição, e que constar apreensão de mercadorias.

Art 28o - É facultado ao Conselho mandar cancelar, nos processos submetidos a julgamento, as expressões descorteses ou inconvenientes, usadas por (quaisquer) das partes.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS

Seção I

DO RECURSO DE OFÍCIO

Art. 29o - Das decisões de primeira instância contrárias no todo ou em parte à Fazenda Municipal, será interposto recurso de ofício, com efeito suspensivo, para o Conselho de Recursos Fiscais, no prazo de 30 (trinta) dias, sempre que a importância em litígio exceder o valor de 20 (vinte) Unidade Padrão Fiscal do Município.

§ 1o - A própria autoridade interporá a recurso de ofício.

§ 2o - Não sendo interposto o recurso, o atuante ou os substitutos designados para reponder à impugnação ou ainda qualquer servidor que virificar o fato representará a autoridade julgadora por intermedio de seu chefe imediato, no sentido de que seja observada aquela formalidade.

§ 3o - Subindo o processo em grau de recurso, e sendo também, caso de recurso de ofício, não interposto, tomará o Conselho de Recursos Fiscais conhecimento pleno do processo, como se tivesse havido tal recurso.

Seção II

DO RECURSO VOLUNTÁRIO

Art. 30o - Da decisão de primeira instância, contrária do sujeito passivo, caberá interposição de recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, para o Conselho de Recursos Fiscais, dentro de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão de primeira instância.

Seção III

DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 31o - Da decisão do Conselho, quando não unânime cabe pedido de reconsideração, a ser interposto uma única vez no prazo de 05 (cinco) dias da publicação do acórdão no órgão oficial.

§ 1o - O pedido de reconsideração dirigido ao presidente do Conselho será restrito à matéria objeto de divergência, designando-se Relator para o processo, mediante distribuição, dela excluído o Conselheiro, que tiver relatado a decisão reconsideranda.

§ 2o - Quando o pedido de reconsideração for interposto pela Fazenda Municipal, a parte recorrida terá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer contra - razões, a contar da intimação que lhe for feita.

§ 3o Concluídos os autos ao relator, serão observados os mesmos princípios estabelecidos para o processamento e julgamento dos recursos, assegurando-se prioridade ao julgamento do feito.

Seção IV

DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Art. 32o - Da decisão do Conselho que se afigure ao interessado omissa, contraditória ou obscura, cabe pedido de esclarecimento, interposto no prazo de 05 (cinco) dias da ciência do acórdão.

§ 1o - O pedido de esclarecimento será distribuído a novo relator e julgado, preferencialmente, na primeira sessão que se

realizar após o seu recebimento no Conselho.

§ 2o - O pedido de esclarecimento será sempre dirigido ao Presidente.

Seção V

DO RECURSO CONTRA DECISÃO DO PRESIDENTE

Art. 33o - Caberá recurso contra decisão do Presidente, com efeito suspensivo no prazo de 05 (cinco) dias da publicação do órgão oficial.

Art. 34o - O recurso de que trata o artigo anterior será dirigido ao Presidente, distribuído a um Relator e julgado com observância dos princípios aplicáveis ao pedido de esclarecimento.

Seção VI

DA AVOCACÃO

Art. 35o - Não sendo proferida decisão de primeira instância no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá o interessado requerer ao Presidente a avocação do processo.

§ 1o - A primeira instância remeterá o processo ao Conselho no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da requisição.

§ 2o - Se no exame do processo o Presidente constatar a improcedência da alegação do interessado, devolverá os autos à primeira instância para proferir o julgamento.

§ 3o - Se verificar inobservância do prazo para julgamento, considerar-se-á como proferido este a favor do contribuinte, sendo o processo presente ao Conselho recebido como recurso "ex - officio".

Seção VII

DA REVISÃO POR VÍCIO PROCESSUAL

Art. 36o - O Conselho de Recursos Fiscais poderá a qualquer tempo, antes da baixa do processo fiscal à primeira instância, por avocação do Presidente ou das partes, rever sua decisão, quando for constatada a existência de vício processual que acarrete cerceamento de defesa.

Art. 37o - Ocorrendo interesse do Presidente ou dos Conselheiros na solução do processo, e não sendo declarado tempestivamente impedimento, poderá a parte opor-lhe exceção de suspeição.

§ 1o - A suspeição será arguída perante o Presidente ou Vice-Presidente, se aquele for o recusado.

§ 2o - A suspeição será arguída:

I - no prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação da ata da sessão em que se der a distribuição do processo, se o Relator for o recusado.

II - Na sessão do julgamento do processo, no momento próprio para sustentação oral, se o Presidente ou outro Conselheiro o recusado.

§ 3o - A arguição de suspeição será instruída com os documentos comprobatórios das alegações e o rol de testemunhas.

Art. 38o - O Presidente mandará arquivar a petição se manifesta a sua improcedência ou se os documentos não forem fidedignos ou se faltar idoneidade às testemunhas.

CAPÍTULO VII

DO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES DO CONSELHO

Art. 39o - São difinitivas as decisões:

I - de primeira instância, esgotado o prazo para recurso voluntário sem que esse tenha sido interposto;

II - de segunda instância de que não caiba recurso, ou se cabível, quando decorrido o prazo de sua interposição.

Parágrafo único - Serão também difinitivas as decisões de primeira instância na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício.

Art. 40o - A quantia depositada, para evitar a correção monetária de crédito tributário ou para liberar mercadoria, será convertida em renda se o sujeito passivo não comprovar, no prazo legal, a propositura de ação judicial.

Art. 41o - Se o valor depositado não for suficiente para cobrir o crédito tributário, aplicar-se-á, à cobrança do restante, critério amigável não superior a 30 (trinta) dias, se exceder -

autoridade promoverá a restituição da quantia excedente, na forma de legislação específica.

Art. 42o - As decisões do Conselho, ressalvadas as disposições expressas em contrário, serão cumpridas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que, tornando-se definitivas, hajam intimadas as partes no processo.

Art. 43o - O cumprimento das decisões do Conselho consistirá;

I - se favorável à Fazenda Municipal:

- a) no pagamento da quantia fixada na decisão exequenda;
- b) na satisfação de obrigação tributária acessória ou no cumprimento de dever fiscal acessório;
- c) no leilão, ou outra destinação prevista em lei, de mercadorias ou de outros bens;
- d) na conversão de depósito em renda;
- e) na inscrição, pelo órgão competente, como dívida ativa, do título extra-judicial, assim considerado o resultante do processo administrativo, observados os disciplinamentos da legislação pertinente.

II - Se favoráveis ao impugnante ou recorrente:

- a) no levantamento da quantia depositada em garantia, observada a lei específica sobre a correção monetária e os ditames do Código Tributário Municipal;
- b) no levantamento de título de quantia real ou fideijussória ou restituição de bens ou valores, dados em depósitos pelo recorrente;
- c) no cancelamento de qualquer ônus ou restrição patrimonial, constituído ou aposta a bem ou direito em decorrência do ato impugnado;
- d) na restituição de importância, observada a lei específica sobre correção monetária;
- e) na declaração formal do direito do impugnante ou recorrente e, na prática de qualquer ato necessário à efetividade do respectivo exercício;

§ 1o - Conforme o caso, o cumprimento das decisões poderá consistir na combinação de mais de uma das formas previstas nos incisos deste artigo.

§ 2o - O recorrente terá direito à compensação de créditos e débitos, como forma de cumprimento total ou parcial de decisão do Conselho.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44o - Na aplicabilidade das disposições deste Decreto serão observadas, no que couberem, as normas instituídas no Regulamento Administrativo Fiscal da União e do Estado de Mato Grosso, em razão do artigo 2o da Lei No 1178 de 30 de dezembro de 1991.

Art. 45o - Serão também observadas, subsidiariamente, na aplicação desta Lei, as normas do Código Tributário Nacional, os princípios gerais de direito, a Legislação Federal específica e a jurisprudência dos tribunais.

Art. 46o - Se a impugnação da exigência de prestação pecuniária for parcial e o impugnante a solicitar, será desde logo expedida guia para o pagamento das importâncias não impugnadas.

Art. 47o - O Conselho poderá apreciar questões relativas a posturas e consequentes, da aplicação de multas em razão de exercício de poder de polícia, cujo valor do litígio seja inferior ao consignado no artigo 29 deste Decreto desde que haja interesse público evidente e educativo.

Art. 48o - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

Art. 49o - Ocorrendo depósito administrativo, aplicação de correção monetária ou quaisquer outras situações relevantes ao julgamento de primeira e segunda instâncias administrativas, serão observadas, no que couberem, os disciplinamentos constantes do Código Tributário Municipal.

Art. 50o - Os prazos para interposição de recursos serão contínuos e peremptórios, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único - Os prazos só se iniciam em dia de

praticado o ato.

Art. 51o - As solicitações do Conselho de Recursos Fiscais serão atendidas em regime de prioridade pelas repartições públicas oficiais ou controladas pelo Poder Público Municipal.

Art. 52o - É vedado aos funcionários da Secretaria do Conselho a divulgação ou a utilização de dados, informações ou documentos para quaisquer objetivos alheios ao serviço de Conselho.

Art. 53o - O Conselho poderá representar o Prefeito Municipal para:

I - comunicar irregularidade ou falta funcional, verificada nos processos na instância inferior;

II - propor medidas que julgar convenientes a melhor organização dos processos;

III - sugerir providências de interesse público, relativos a sua deliberação.

Art. 54o - Ficam delegados ao Conselho de Recursos Fiscais a competência do Prefeito Municipal para apreciar e julgar os recursos em segunda instância, de que trata o Código Tributário Municipal.

Art. 55o - As decisões importantes do ponto de vista doutrinário poderão, a critério do Presidente, ser publicadas na íntegra.

Art. 56o - As decisões unânimes do Conselho firmam precedentes, cuja observância é obrigatória por parte dos servidores municipais que militam nas áreas de tributação, fiscalização e arrecadação, desde que não contrariem a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único - O Presidente do Conselho proporá ao Prefeito Municipal a homologação das decisões unânimes e consideradas importantes, para observância dos servidores das áreas relacionadas.

Art. 57o - Os casos omissos serão resolvidos por deliberação do Conselho de Recursos Fiscais.

Art. 58o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Várzea Grande, 29 Janeiro de 1993.